

**ATA DA 19ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO
MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO**

Aos catorze dias de março de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos, teve início a 19ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN), no Espaço FVA, da Fundação Vitória Amazônica (FVA), na cidade de Novo Airão. Marco Antônio Vaz de Lima, presidente do Conselho Consultivo do MBRN, deu boas-vindas aos conselheiros e demais participantes, cujos nomes estão na lista de presença anexada a esta Ata. Como proposta de Pauta para o primeiro dia, tem-se: a) Leitura da Ata da reunião anterior; b) Apresentação da gestora da RDS Puranga-Conquista; c) Informes; d) Criação da RDS Puduari e redelimitação da APA Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões (APA MD) e Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte (PERN); e) Recomposição do Conselho Consultivo do MBRN; f) Apresentação do Plano de Ação do MBRN; g) Apresentação da pesquisa de doutorado de Paula Soares Pinheiro (ICMBio/PARNA de Anavilhanas) - *“Co-gestão de recursos naturais em reservas extrativistas da Amazônia brasileira”*; h) Apresentação das Câmaras Técnicas do MBRN; i) Carta de Anuência/concordância de cada unidade de conservação (UC) envolvida nos projetos para o MBRN. No segundo dia de reunião, tem-se como pauta: a) Apresentação do projeto de Ricardo A. Ribeiro (FIOCRUZ) – “Estudo exploratório das condições de vida, saúde e acesso aos serviços de saúde de populações rurais ribeirinhas de Manaus e Novo Airão, Amazonas”; b) Dinâmica para mapear as ameaças no MBRN e identificação das comunidades de todas as UCs que compõem o MBRN; c) Secretaria Executiva do Conselho Consultivo do MBRN; d) Ações executadas na RDS do Rio Negro. Com inclusão de informe: a) Termo de Compromisso do PARNA do Jaú, Mariana Leitão (ICMBio/PARNA do Jaú). Ana Cíntia Guazzelli (Fundação Vitória Amazônica-FVA e Secretária Executiva do Conselho Consultivo do MBRN) informou que a RDS Puranga-Conquista e a APA Tarumã-Ponta Negra tiveram parecer favorável do setor jurídico do Ministério do Meio Ambiente para inclusão no MBRN. Faz-se necessário, agora, encaminhar o parecer favorável de cada órgão gestor das UCs que compõem o MBRN, das esferas federal, estadual e municipal, aprovando a inclusão das duas UCs. Em seguida, Ana Cíntia fez a leitura da Ata da reunião do Conselho Consultivo do MBRN, ocorrida nos dias sete e oito de agosto de dois mil e dezoito, em Manaus. Após a leitura e devidas correções, a Ata foi aprovada pelos conselheiros. Prosseguindo, Marco Antônio fez a apresentação da gestora da RDS Puranga-Conquista, Ádila Maria Portela Matos, nomeada na atual gestão do Governo do Estado do Amazonas. Segundo ela, a ação prioritária da RDS, neste momento, é a formação do Conselho Gestor da UC, por conta do prazo estabelecido pela SEMA e assumiu o compromisso de desenvolver ações que busquem fortalecer o desenvolvimento da UC compatibilizando com a conservação da floresta. Sobre os informes, Marco Antônio solicitou que as UCs disponibilizem os seus calendários de atividades para que não haja sobreposições de ações e, na medida do possível, conciliar as reuniões de Conselho e demais atividades sem ter prejuízo aos conselheiros nomeados para mais de uma UC. Francisco Oliveira (SEMA/DEMUC) informou que estão em processo de formação os Conselhos Gestores de três UCs do Mosaico do Baixo Rio Negro, como segue: APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho, APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Tarumã-Açu-Tarumã-Mirim e APA Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões. Marco Antônio informou sobre a reunião que ocorrerá no dia 25 de março para discutir a nova

composição do Conselho da Reserva da Biosfera e, posteriormente, entrará em contato com as instituições, como a FVA e WCS-Brasil, para participarem deste Conselho. Sobre a RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi, ainda não há um posicionamento claro sobre a participação de lideranças no Conselho do MBRN, uma vez que há conflitos entre as comunidades na RESEX e deve-se tomar cuidado para não acirrar os conflitos existentes naquela região. **Como encaminhamento**, Guillermo M. B. Estupiñan (WCS-Brasil) sugeriu a formação de um Grupo de Trabalho, com os membros do Conselho do MBRN, com a função de manter contato com as lideranças no rio Jauaperi. Fabiano Lopez da Silva (FVA) informou sobre a possibilidade de realizar uma expedição às comunidades da RESEX conjuntamente com os representantes do ICMBio, cujo objetivo é articular com os atores sociais formas de integrá-los no território do baixo rio Negro. Francisco Borges – Sr. Peba (FOPEC) - informou que está atuando como consultor, junto à equipe que assessora as Populações Tradicionais da SEMA, e vem dialogando com a SEMA sobre as ações que ocorrem no MBRN. Mariana Leitão (ICMBio/PARNA do Jaú) informou sobre o Termo de Compromisso que vem sendo construído com os moradores do rio Jaú, para onde houve uma expedição em janeiro/2019 para tratar sobre o assunto e haverá outra expedição, em abril/2019, para levar a Minuta do Termo de Compromisso às comunidades. Devido às mudanças ocorridas no Governo Federal, Mariana ainda não sabe como será a Minuta do Termo após a revisão do setor jurídico do ICMBio, uma vez que a visão da nova Coordenação é mais restritiva quanto às ações dentro de UC de proteção integral. Guillermo informou que o WCS-Brasil apresentará trabalho (apresentação oral) no Congresso de Áreas Protegidas, em Lima, sobre o processo de ordenamento pesqueiro no MBRN. Ana Cíntia e Josângela Jesus (ICMBio/PARNA do Jaú) também informaram que apresentarão trabalhos neste Congresso. Sobre a Criação da RDS Puduari e redelimitação da APA Margem Direita Setor Paduari-Solimões e do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte, Francisco Borges (FOPEC) informou que o processo encontra-se com o Secretário de Estado de Meio Ambiente que encaminhará à Casa Civil para apreciação e, posteriormente, submeterá à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para votação. Segundo ele, todos os pareceres são favoráveis e disse que fará articulação com as lideranças comunitárias do FOPEC e do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte para conversarem com os deputados estaduais favoráveis a esta proposta de criação e redelimitação das UCs estaduais. Francisco Borges também informou que os Conselhos Gestores das UCs estaduais estão sendo formados sem a devida representatividade das comunidades e poucas reuniões para discussão e definição da composição desses Conselhos. Francisco Oliveira endossou a preocupação sobre o processo de formação dos Conselhos Gestores em tempo reduzido, no entanto, a equipe das UCs estaduais do baixo rio Negro vem realizando reuniões nas comunidades para explicar sobre o objetivo de formação dos Conselhos Gestores. Francisco Oliveira informou que o processo de formação do Conselho Deliberativo da APA da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho está avançado e que os representantes das comunidades já foram definidos, faltando enviar Ofícios àquelas instituições identificadas na reunião com os comunitários para nomearem os conselheiros, caso aceitem participar do Conselho Deliberativo desta UC. Fabiano também expressou sua preocupação com formação de Conselhos Deliberativos em UCs da categoria APA, onde há propriedades privadas e grupos empresariais com interesses próprios. **Como encaminhamento**, os gestores das UCs estaduais devem convidar as instituições que compõem o MBRN a manifestarem interesse em participar

dos Conselhos Deliberativos das APAs. Guillermo sugeriu que também seja pensada a elaboração do Plano de Gestão das APAs em paralelo à formação dos Conselhos Gestores. **Em acordo com os conselheiros**, será redigida uma Moção com as recomendações expostas na reunião a ser encaminhada ao Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amazonas. Após intervalo de almoço, deu-se prosseguimento à pauta da recomposição do Conselho Consultivo do MBRN. Marco Antônio apresentou a composição atual e a proposta de recomposição. Na mudança, prevê-se a substituição da cadeira do CERBAC, das cadeiras da SEMMA (Novo Airão/Iranduba e Barcelos) e TI Waimiri-Atroari para: um representante da Secretaria do Governo Estadual, um representante de um dos municípios onde estão localizadas as UCs, um representante dos povos indígenas da região. As cadeiras destinadas ao setor empresarial e ONG socioambiental serão ocupadas por representantes com atuação na região de influência do MBRN. Sobre a cadeira para o representante do Governo Estadual, a SEPLANCTI foi citada, na atual conjuntura, devido ao canal de acesso existente junto às pessoas que estão inseridas nesta Secretaria e que têm conhecimento sobre o MBRN. Não há consenso entre os conselheiros sobre qual Secretaria seria interessante para ocupar esta cadeira. Em relação à cadeira dos povos indígenas, também não há um posicionamento claro de qual instituição irá representá-los no Conselho. Em relação à dúvida levantada pelos conselheiros quanto ao número de cadeiras no Conselho apresentado na planilha para as organizações não governamentais (ONGs), no Ofício nº 14/2018 encaminhado ao MMA há definição de duas cadeiras para as ONGs ambientalistas. Sobre o Plano de Ação do MBRN, Ana Cíntia apresentou o Plano de Ação elaborado para o período de 2017 a 2022 e a intenção é padronizar a linguagem do documento para publicação e posterior divulgação aos conselheiros, de forma a facilitar o entendimento das ações contempladas no Plano para execução. Priscila Maria da Costa Santos (ICMBio/PARNA de Anavilhanas) expressou sua preocupação em executar diversas ações simultaneamente e sugeriu que seria melhor focar em um assunto contemplado no Plano para ser executado ao longo do ano, em vez de executar várias ações e não ter avanços. Fabiano disse que seria melhor não focar num assunto em específico, mas ter um rol de ações, porque as execuções dependem muito da oportunidade de se conseguir recursos financeiros. **Como sugestão**, as Câmaras Técnicas avaliarão os programas afins das ações propostas, identificando o grau de execução de cada uma para monitoramento e apresentação na próxima reunião. Prosseguindo com a pauta, sobre a pesquisa de doutorado, Paula Soares Pinheiro (ICMBio/PARNA de Anavilhanas) apresentou o resultado de sua pesquisa intitulada “Cogestão de recursos naturais na Reserva Extrativista do Baixo Juruá, no centro-oeste da Amazônia brasileira”. Paula falou sobre a cogestão no manejo do pirarucu realizado pelos comunitários nos lagos da RESEX do Baixo Juruá e sua pesquisa buscou avaliar a descentralização de poder de decisão sobre os recursos naturais por meio da definição do grau de autoridade na tomada de decisão, bem como avaliar a sustentabilidade no manejo de pirarucu baseada na comparação de seis sistemas de manejo. Como resultados de seu estudo sobre a descentralização de poder de decisão destacam-se: a partilha limitada de direitos com as comunidades; a descentralização opera de diferentes formas para os diferentes recursos. Sobre a sustentabilidade do manejo do pirarucu, os resultados dependeram muito das características dos lagos (tamanho e profundidade) e de seus usuários. Ela ressaltou que, efetivamente, os fatores que influenciam no manejo sustentável de espécie estão relacionados à cogestão, sistemas

aquáticos, características das comunidades e pirarucu. Como conclusões de sua pesquisa destacam-se: governo descentraliza relativamente pouco poder de decisão para as comunidades; a descentralização de direitos melhora a governança local e favorece o maior cumprimento das regras; as comunidades são capazes de realizar um controle mais efetivo dos recursos naturais do que o governo quando possuem incentivos e condições adequadas; é necessário incentivar a organização social através de maior poder de decisão no manejo de recursos naturais. Sobre as Câmaras Técnicas do MBRN, tem-se: 1) Câmara Técnica de Visitação: Josângela informou que já foi realizado o diagnóstico das empresas que atuam com o turismo no Amazonas, chegando a um total de cerca de 500 empresas. Ela apresentou o formulário online para preenchimento pelos prestadores de serviço, sendo que, o próximo passo será filtrar quais deles oferecem passeios na região do Mosaico. Sobre a criação da identidade visual da pegada do Mosaico, Jô explicou que, após enquête e teste, foi definida a pegada do Mosaico para sinalizar as trilhas nas UCs que o compõem. Josângela informou que, futuramente, pretende-se realizar uma capacitação para disseminar a forma de sinalização das trilhas. Outra meta é definir o percurso e implementar a trilha de longo alcance definida como “*Caminhos do Rio Negro*”. Paula informou que a Mara (Amazonastur) se disponibilizou em receber representantes do Mosaico com o intuito de realizarem uma apresentação dos atrativos turísticos da região do MBRN à equipe do Amazonastur, bem como receber demanda de capacitações voltadas ao público do Mosaico. Ficou definido que a **Câmara Técnica de Visitação** atenderá a demanda da Amazonastur. No dia quinze de março, às oito horas e cinquenta minutos, deu-se a continuidade à pauta da reunião: 2) Câmara Técnica de Sustentabilidade Institucional: Fabiano informou que estão aguardando Edital para construir uma proposta direcionada ao MBRN. Algumas propostas foram submetidas pelo WCS-Brasil e FVA com recurso financeiro pequeno. Até o momento, não há Edital aberto com um aporte financeiro destinado às ações no território do MBRN. Fabiano falou sobre a elaboração de uma proposta de grande aporte financeiro, para a qual serão necessárias reuniões dos membros da Câmara Técnica para submeter ao BNDES e outra atividade da Câmara será definir diversas ações com aporte financeiro diversificado para ser encaminhado ao Judiciário da Comarca de Novo Airão; 3) Câmara Técnica de Pesquisa e Monitoramento Socioambiental: não houve reunião; 4) Câmara Técnica de Ordenamento Territorial: não houve reunião, porém ocorreram ações dentro do Fórum *Diálogo Amazonas*. Houve o andamento de ações na RDS Puranga-Conquista, que encaminhou a solicitação do CDRU e formalizou a Associação-mãe. Prosseguindo com a pauta, Ricardo Agum Ribeiro, da FIOCRUZ/SAGESPI) apresentou o projeto intitulado “**Estudo exploratório das condições de vida, saúde e acesso aos serviços de saúde de populações rurais ribeirinhas de Manaus e Novo Airão, Amazonas**”. A proposta visa investigar as condições de vida e saúde da população rural ribeirinha que vive na calha do rio Negro, bem como suas condições de busca, acesso e uso de serviços da Estratégia Saúde da Família, do Sistema Único de Saúde, que atua na região. Pelo projeto, deverá ser descrito o perfil sociodemográfico e sanitário das populações rurais, bem como analisar as políticas públicas de saúde rural. As comunidades ribeirinhas foco do estudo estão localizadas na APA da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Apuaú-Apuauzinho e RDS do Tupé. Com os resultados da pesquisa, espera-se contribuir para a futura formulação de políticas de saúde rural em espaços amazônicos e para reordenamento dos modelos de atenção adequados às populações interioranas. **Como demanda do MBRN**, que a pesquisa

também se estenda às comunidades localizadas na APA da Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões e RDS do Rio Negro. Sobre o convite da Secretaria de Estado para compor o Conselho Consultivo do MBRN, Fabiano informou que a SEPLANCTI sinalizou interesse e recomendou que, caso aprovada a inclusão da Secretaria no Conselho Consultivo do MBRN, é necessário encaminhar Ofício convidando eles a participarem do Conselho Consultivo. Marco Antônio fez o questionamento sobre a inclusão da SEPLANCTI no Conselho Consultivo do MBRN, o que foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. **Como encaminhamento**, enviar Ofício à SEPLANCTI para nomeação da pessoa que integrará o Conselho Consultivo do MBRN. Prosseguindo com a pauta, Marcos Pinheiro (consultor) falou sobre o trabalho de consultoria que vem executando no âmbito do MBRN, cujo objetivo é gerar um documento sobre o panorama das ameaças na região do Mosaico, tendo como base os Planos de Gestão e de Proteção das UCs. Marcos contextualizou os principais focos de concentração das ameaças e, em seguida, fez uma dinâmica para mapear as principais ameaças no MBRN e identificar as comunidades de todas as UCs que compõem o MBRN. Para isto, fez-se a divisão dos participantes em três grupos com as seguintes tarefas: 1) Comunidades: localização de novos aglomerados ou inexistência da comunidade; 2) Análise das ameaças de acordo com as regiões Norte, Central e Sul do MBRN, como: ramais e vicinais de destaque (infraestrutura, turismo desordenado, patrimônio arqueológico ameaçado, perda cultural, entorpecentes), dano à cobertura florestal (desmatamento, incêndios, uso desordenado de recurso natural não madeireiro, corte seletivo madeireiro, biopirataria), dano à fauna (pesca desordenada, caça, coleta de quelônios), dano mineral (mineração, garimpo, extração de areia e seixo, poluição); 3) Eleger as três ameaças mais expressivas da região analisada pelo grupo. Após as análises feitas pelos grupos, as ameaças de destaques foram: a) região Norte: caça, pesca, turismo desordenado relacionado à pesca esportiva (rios Unini e Branco), incêndio (abertura de roçado, acampamentos de traficantes de animais silvestres), hidrovía associada ao tráfico de drogas, perda cultural na região do rio Puduari por conta da atividade de extração de areia, poluição relacionada ao lixo, caça ilegal, pista de pouso ilegal, ramais abertos na RDS Amanã e RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi (necessidade de buscar informações na região do rio Jauaperi) e Unini. As três ‘ameaças’ mais citadas para a região Norte do MBRN foram: quelônios e caça, pesca, incêndios. b) região Central: ramais e AM-352, centro urbano de Novo Airão (falta de saneamento e planejamento urbano), mineração, sítios arqueológicos (venda de artefatos), turismo desordenado principalmente no sul do arquipélago de Anavilhanas, pesca esportiva, lixo, perda cultural, biopirataria (citado caso no rio Ariaú e cabeceira do rio Cuieiras), pesca desordenada por todo arquipélago, caça. As cinco ‘ameaças’ mais citadas na região Central foram: desmatamento, queimada, extração ilegal de madeira, caça comercial, pesca. c) região Sul: extração de madeira, pesca predatória, tráfico de droga, tráfico de animais silvestre, invasão de “piratas”, venda irregular de terreno (grilagem de terra), invasão de pessoas oriundas de outras localidades, lixo, abertura de ramais, turismo desordenado nos núcleos indígenas, roçado, aumento da criminalidade nas comunidades (pequenos furtos), extração mineral na região do rio Tarumã-açu, falta de saneamento na região do Tarumã e BR-174, que dá acesso a outros ramais como o Pau Rosa e facilita a abertura de novos ramais na região. As cinco ‘ameaças’ mais citadas na região Sul do MBRN foram: drogas, falta de regularização fundiária, extração de madeira e areia, abertura de ramais e vicinais, turismo desordenado. Concluindo a dinâmica,

233 Marcos citou as ameaças que integram todo o baixo rio Negro, sendo eles: turismo
234 desordenado, uso de entorpecentes (mais ao Sul) e uso dos recursos naturais (mais
235 expressivo nas regiões Central e Norte), incêndios. Ricardo ressaltou que seria
236 importante qualificar o entorpecente, se seria para uso recreativo ou dependente
237 químico. Também, chamou a atenção para o uso de bebida alcoólica nas comunidades.
238 Marcos informou que até o final do março/2019 entregará uma versão do estudo ao
239 FUNBIO por fazer parte do Contrato, porém assume o compromisso de aprimorá-lo após
240 a revisão feita pelos gestores das UCs para que seja um documento base para os Planos
241 de Proteção das UCs. Priscila informou que haverá uma capacitação sobre fogo,
242 agroecologia, MBRN e Educomunicação, no mês de março/2019, a ser ministrado pelo
243 próprio Marcos Pinheiro, com participação de outros convidados como o Leonardo
244 Rodrigues e Tarcísio Magdalena, tendo como público-alvo jovens e lideranças das UCs.
245 Após o intervalo para almoço, Marcos informou sobre a Rede de Mosaicos Brasileiros,
246 ressaltando que, neste ano, ocorrerá um evento de intercâmbio na segunda semana de
247 junho, em Brasília. Marcos afirmou que os representantes dos Mosaicos da Amazônia
248 Brasileira participarão do evento e seria interessante o MBRN participar também para
249 apresentar as ações que vêm sendo tratadas no território. Dando prosseguimento à
250 pauta, Ana Cintia apresentou as ações da Secretaria Executiva do Conselho Consultivo
251 do MBRN, lembrando que a Secretaria Executiva foi destacada como parte integrante
252 do arranjo institucional do MBRN. Ela falou sobre as atribuições de sua função,
253 destacando: apoio às reuniões do Conselho Consultivo; apoio à Presidência, Câmaras
254 Técnicas e Grupos de Trabalhos; apoio para o desenvolvimento da pegada do MBRN;
255 apoio na coordenação do processo de solicitação da inclusão das RDS Puranga-
256 Conquista e APA Tarumã/Ponta Negra; articulação e apresentações institucionais;
257 inserção na REMAP - Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas e Rede de Mosaicos do
258 Norte; participação em eventos (CEBUC) e formações (capacitação em curso EaD pelo
259 MMA e curso de Resolução de Conflitos Socioambientais, pelo WWF-Brasil);
260 gerenciamento do Espaço FVA, que inclui o Mosaico Interativo, cujos cursos oferecidos
261 desde setembro de 2018 atenderam, até aquele momento, 120 alunos, sendo que, cerca
262 de 85% são alunos das comunidades das UCs do MBRN. Ela também está responsável
263 pela implementação da Sala Multimídia para o funcionamento de uma rádio web.
264 Deverão ser oferecidas oficinas de rádio, vídeo e fotos. A secretária pontuou suas
265 viagens a campo: comunidades da RESEX do rio Unini e soltura de quelônios no PARNA
266 do Jaú e sua frente de trabalho junto à Comunicação da FVA. Ana Cíntia salientou a
267 importância da Comunicação para as ações de Conservação e sugeriu a elaboração de
268 um Plano Integrado de Educação Ambiental e Comunicação para o MBRN. Ela
269 apresentou também alguns layouts de produtos como chaveiro, caneca, calendário,
270 mochila com a logo do MBRN e a frase “Movimento que é Vida”, como possibilidades
271 para ampliação da divulgação do MBRN para diversos públicos. O contrato com a
272 Secretaria Executiva do MBRN encerra em março, ou seja, no início do corrente mês,
273 mas Fabiano informou que solicitou junto à Moore a extensão do recurso financeiro do
274 projeto até setembro, de forma a manter a equipe da FVA e a Secretaria Executiva do
275 MBRN. Sobre o assunto da exploração de areia e seixo na calha do rio Negro, Francisco
276 Oliveira (SEMA) contextualizou a situação de liberação da Licença de Operação (L.O.)
277 pelo IPAAM, que está vinculada à execução de condicionantes. Neste processo, a
278 Prefeitura Municipal de Novo Airão publicou um Decreto Municipal que impede a
279 SEMMA de emitir a Licença de Conformidade para extração de areia e seixo. Segundo

Francisco, a Prefeitura coibiu a extração de areia, permitindo a atividade apenas à Associação da Comunidade Bom Jesus do Puduari, que tem a L.O. para operar no local. Este fato prejudicou algumas comunidades pela não execução das condicionantes previstas nas L.O., uma vez que as empresas não estão operando no local por conta da proibição feita pela Prefeitura Municipal. **Como recomendação**, o Conselho Consultivo do MBRN aguardará o posicionamento do IPAAM sobre o assunto, que é o Órgão Licenciador. Caso não haja manifestação do IPAAM, o Conselho Consultivo redigirá uma Moção solicitando celeridade na resolução do conflito com possível envio de Ofício ao Ministério Público Estadual para retratar a situação da exploração mineral na calha do rio Negro, acima do PARNA de Anavilhanas. Também **como encaminhamento**, fica criado o Grupo de Trabalho Jauaperi composto por Ana Cíntia, Fabiano, Guillermo, Marco Antônio e Ângela, com a função de manter contato com as lideranças na RESEX Baixo rio Branco-Jauaperi. Ao final, Marco Antônio agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro e como nada mais houvesse a tratar, eu, Clarice Bassi, redigi a presente Ata, que vai assinada pelo presidente deste Conselho Gestor.

Marco Antônio Vaz de Lima
Presidente do Conselho Consultivo do MBRN